

Jornal da Ciência

Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

VIOLÊNCIA INACEITÁVEL



Seja no campo ou nas cidades, cresce o uso da força – muitas vezes armada – contra a população, fazendo vítimas, principalmente entre os mais vulneráveis, e abalando a democracia

Páginas 3 a 14

VIOLÊNCIA

Os danos à saúde mental nas periferias

4

VIOLÊNCIA

Liberdade acadêmica em risco

10

CIÊNCIA E SOCIEDADE

Ciência dá um baile na Paraíba

15

Tempos sombrios

Embora os brasileiros sejamos conhecidos como um povo pacífico, o atual século nos fez conviver com um grau de violência acima da média entre os países em desenvolvimento. Nos últimos dois anos, as agressões, coações e uso da força – armada ou não – têm aumentado intensamente.

Seja no campo, nas cidades, perpetrado pelo Estado ou por milícias e gangues privadas, todos os indicadores de violência registram evolução preocupante. É o que mostra esta edição do *Jornal da Ciência*.

A sociedade passou a viver um acirramento da violência nos últimos oito anos, resultado de um sentimento de ódio que “explodiu” nas manifestações de 2013 e acabou se refletindo na ação policial. As mortes violentas, que vinham em queda desde seu ápice em 2017, voltaram a subir em 2020, segundo levantamento do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Foi justamente o ano da pandemia do novo coronavírus que já matou, só no Brasil, quase 600 mil pessoas. Ou seja, a tragédia do vírus se somou à violência cotidiana que assola o país. As agressões têm endereço e cor. A maior parte dos atingidos são as “minorias”, em especial negros e indígenas, mulheres e a comunidade LGBTQIA+. A exposição à violência tem tido um efeito pouco comentado na mídia, que é o adoecimento mental das comunidades afetadas.

O quadro não é novo, mas tem sido agravado por ações do governo federal que desmontam políticas públicas de promoção de direitos, aparelham os órgãos de controle e incentivam a violência civil e militar. Os indígenas têm sido os grandes alvos desde 2019. Conforme aponta o relatório “Conflitos no Campo”, da Comissão Pastoral da Terra, as mortes de indígenas provocadas pela covid-19 foram intensificadas pelo governo federal, que fomenta abertamente a invasão dos territórios deles, em aliança com bancadas inimigas daquelas etnias no Congresso Nacional e que assim tem aprovado, com folga de votos favoráveis, legislações minando direitos históricos. O mesmo acontece com as comunidades quilombolas, que foram deixadas praticamente à própria sorte durante a pandemia.

Outro efeito nefasto da covid-19 foi o aumento da violência contra as mulheres. Os feminicídios em 2020 também reverteram uma tendência de queda que vinha desde 2017. Segundo especialistas entrevistadas pelo *Jornal da Ciência*, são vários fatores que se combinam para um resultado catastrófico, entre eles a convivência, durante o isolamento social, das mulheres com seus principais algozes que estão, na maioria dos casos, dentro do próprio lar.

Esperava-se que pelo menos a paralisação das atividades causada pela pandemia diminuísse a marcha da devastação ambiental. Infelizmente não foi o que aconteceu, conforme demonstrou o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) em seu último relatório. Um dos pesquisadores brasileiros que participou da elaboração do documento, na parte dos impactos regionais das mudanças climáticas, explica a situação.

A SBPC não se limita a denunciar e lutar contra as injustiças. Também traz propostas e soluções. Confira nesta edição ações práticas da instituição que enfrentam dois grandes problemas: a violação à liberdade de pensamento e a desigualdade social. A pesquisa “A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?” é uma iniciativa do recém-lançado Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade, que já começou a mapear as violações e ameaças ao exercício da liberdade acadêmica e de cátedra no país. E na Paraíba, a regional da SBPC está tocando um projeto inédito em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa) para levar a ciência às comunidades mais vulneráveis.

Boa Leitura!

RENATO JANINE RIBEIRO | Presidente da SBPC

FERNANDA SOBRAL | Vice-presidente da SBPC

Contribua e fortaleça a Sociedade Científica mais representativa do País!



Você pode doar qualquer valor, a qualquer momento. Ajude a SBPC a manter seu trabalho em defesa da ciência, da educação e do desenvolvimento econômico e social do País

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) lançou um espaço virtual para que apoiadores da entidade possam fazer doações em dinheiro para fortalecer seu trabalho em defesa da ciência, da educação e do desenvolvimento econômico e social do País. Para colaborar com qualquer quantia, basta acessar o link: <http://portal.sbpcnet.org.br/doacao> e seguir as instruções.

A SBPC é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, em 1948, exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País.

Sediada em São Paulo, a SBPC está presente nos demais estados brasileiros por meio de Secretarias Regionais. Representa 167 sociedades científicas associadas e mais de 3,5 mil sócios ativos, entre pesquisadores, docentes, estudantes e cidadãos brasileiros interessados em ciência e tecnologia.

A SBPC participa ativamente de debates sobre questões que determinam os rumos das políticas de Ciência, Tecnologia (C&T) e da Educação no Brasil. Tem assento permanente no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão consultivo do Governo Federal para definição das políticas e ações prioritárias no campo da C&T. Possui representantes oficiais em mais de 20 conselhos e comissões governamentais. Periodicamente institui grupos de trabalhos – compostos por cientistas renomados em suas especialidades – com o objetivo de estudar e apresentar propostas para questões específicas de interesse nacional.

Anualmente, a SBPC realiza diversos eventos, de caráter nacional e regional, com o objetivo de debater políticas públicas de C&T e difundir os avanços da ciência. A entidade também contribui para o debate permanente das questões relacionadas à área por meio de diversas publicações, como o *Jornal da Ciência*, a revista *Ciência e Cultura*, seu portal na internet e a edição de livros sobre temas relacionados à ciência brasileira.

Conheça todas as ações da SBPC em seu portal: www.sbpcnet.org.br.

Faça parte dessa campanha e colabore com a SBPC:

<http://portal.sbpcnet.org.br/doacao>



Siga a SBPC nas redes sociais

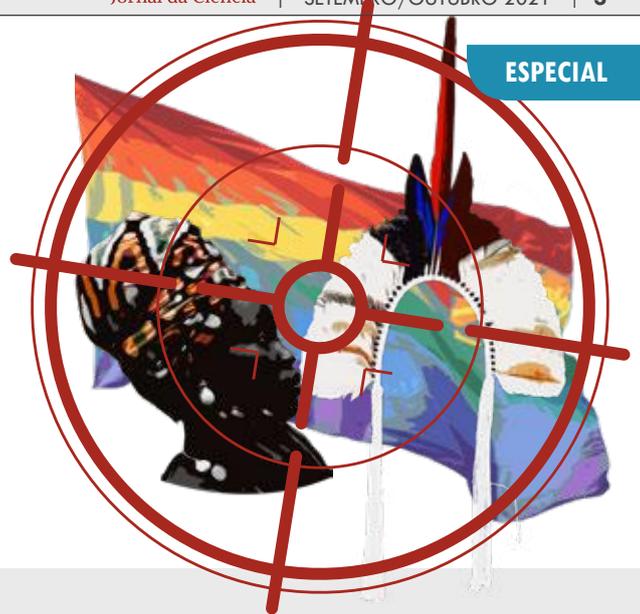
@SBPCnet



portal.sbpcnet.org.br

Grupos mais vulneráveis na mira

Enquanto a taxa de homicídios nacional recuou, ataques a grupos como indígenas e LGBTQIA+ cresceram desde o início da pandemia



JANES ROCHA

O ano de 2020 ficou marcado para sempre como o ano da tragédia sanitária causada pela pandemia de covid-19 que só até dezembro já havia matado 1,8 milhão de pessoas no mundo. O Brasil foi um dos países – com Estados Unidos, México e Índia – que lideraram esse triste ranking. Porém, enquanto os brasileiros morriam aos milhares sem vacina – que só chegou por aqui em janeiro de 2021 – também eram atingidos por outra “epidemia” mais conhecida por aqui: a violência.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e divulgado no fim de agosto, no ano passado o País viu uma reversão dos indicadores de Mortes Violentas Intencionais (MVI) que vinham em uma tendência de queda desde 2017. MVI é categoria que soma homicídios dolosos (83% do total da categoria em 2020), latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais.

Isoladamente, a taxa de homicídios no Brasil vinha caindo. Em 2019 (último dado disponível) foram 45.503 homicídios, 21,5% menos que em 2018, de acordo com o Atlas da Violência 2021, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), divulgado em maio. Poderia ser uma boa notícia, não fosse a ressalva do que os formuladores do Ipea chamam de “deterioração na qualidade dos registros oficiais” a partir de 2018. Essa perda de acurácia se revela no número de mortes violentas por causas indeterminadas, que cresceu 35,2% no mesmo período.

Mesmo que fosse mais precisa, a queda da taxa geral de homicídios não esconde a crescente violência direcionada a grupos específicos. São os mais vulneráveis,

historicamente, as maiores vítimas da violência no Brasil e entre eles estão os indígenas. Segundo o Atlas, o percentual de indígenas assassinados no País aumentou 22% na última década terminada em 2019, de 15 para 18,3 por 100 mil habitantes, enquanto os números nacionais recuavam de 27,2 para 21,7 por 100 mil no mesmo intervalo.

Os ataques aos indígenas chegam de múltiplas frentes: a invasão de seus territórios, um Legislativo que aprova leis eliminando direitos históricos, um Executivo que estimula invasões de terra e descuida de suas funções no atendimento de saúde e na fiscalização das invasões.

“É assim: quando o presidente (Jair Bolsonaro) fala incentivando a mineração, os garimpeiros já estão lá dentro das terras indígenas”, aponta Altací Rubim, da etnia Kokama. Nascida em Santo Antônio do Içá, no Alto Solimões, Rubim é mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, ela desenvolve projetos de valorização da língua Kokama em comunidades do contexto urbano, na cidade de Manaus. A invasão das terras, afirma ela, é um dos principais motivos da violência contra os indígenas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) confirma essa percepção de Rubim. Conforme o relatório Conflitos no Campo Brasil 2020, produzido pela instituição e divulgado em junho, os indígenas foram alvo em mais de 40% dos conflitos no campo no Brasil, que bateram um novo recorde em 2020. Foram 2.054 conflitos, um aumento de 8% na comparação com o ano anterior, e mais de 914 mil pessoas

nas ocorrências relacionadas a uma área superior a 77 milhões de hectares. A maior parte dos casos aconteceu por causa de terra, sendo registrados 1.576, número 25% maior do que em 2019.

No âmbito urbano, a comunidade LGBTQIA+ tem sido uma grande vítima não só da violência em si, mas da falta de medidas de proteção e mesmo de estatísticas oficiais que favoreçam a construção de políticas públicas de promoção de direitos.

O anuário do FBSP aponta um aumento nos registros de lesão corporal dolosa (20,9%), homicídio (24,7%) e estupro (20,5%) de pessoas LGBTQIA+. Já os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, apontam para um aumento ainda maior, 41% no número absoluto de mortes de pessoas trans, de 124 em 2019 para 175 em 2020. Concomitantemente, dados do Grupo Gay da Bahia indicam redução de 26% do número absoluto de mortes, de 320 em 2019 para 237 em 2020.

A divergência dos números reflete a deficiência de dados que, na ausência do poder público, ficam a cargo dos próprios movimentos, explica o cientista social Felipe Bruno Martins Fernandes, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Para Fernandes a “novidade” no cenário de violência contra homossexuais é a transformação do discurso LGBTfóbico em política de governo. “Temos hoje uma certa naturalização desse discurso como opinião”, diz ele que situa essa tendência a partir de 2016, acentuada pelo governo atual eleito em 2018. “Quando a gente tem um governo que usa a informação equivocada e o preconceito como uma política, isso afeta sobremaneira a existência de grupos mais vulnerabilizados”.

Operação policial
na Maré

SAÚDE MENTAL DOS MORADORES é abalada pela violência

Ansiedade, depressão e tentativas de suicídio são alguns dos problemas apontados pelos entrevistados da pesquisa “Construindo Pontes”

VIVIAN COSTA

Um em cada três moradores do Complexo da Maré, conjunto formado por 16 favelas no Rio de Janeiro, afirma ter sua saúde mental afetada pela violência ao redor. É o que revela a pesquisa “Construindo Pontes”, realizada pela organização inglesa People’s Palace Projects e pela Redes da Maré. O estudo mostra que pessoas em situações de violência são mais vulneráveis ao sofrimento mental.

Foram ouvidos 1.411 moradores acima de 18 anos entre 2018 e 2020. Os problemas mais comuns são episódios depressivos (26,6%) e ansiedade (25,5%). Entre as pessoas que estiveram em meio aos tiroteios, 12% relatam pensamentos suicidas e 30% pensaram mais sobre a morte.

Os pesquisadores pontuam ainda que o receio está relacionado à frequência com que esses moradores se veem expostos à violência, uma situação que invade o cotidiano de todos: 44% relataram que estiveram em meio a um tiroteio nos 12 meses

anteriores à entrevista, enquanto 73% passaram por isso mais de uma vez.

Das pessoas entrevistadas, 63% disseram sentir medo de serem alvejadas por um tiro onde moram e 71% indicaram um temor ainda maior com a possibilidade de que alguém próximo seja a vítima.

Outra situação relatada por boa parte dos moradores foram as invasões domiciliares. Ao todo, 13% relataram que tiveram sua casa invadida nos meses que antecederam a pesquisa, percentual que aponta para um total de 6.210 domicílios que passaram por invasões, muitas vezes acompanhadas de violência verbal, extorsão e perdas materiais. Em 47% destes casos, a violência se repetiu.

Esse é um dos medos de Vanda Canuto, moradora do complexo. Segundo ela, todos os moradores convivem com este sentimento. “Saímos para trabalhar, mas com o pensamento que nossa casa possa ser invadida a qualquer momento de uma

forma violenta”, comenta. Para ela, a propagação da necessidade de cuidar da saúde mental é muito importante e necessária, porque “este tipo de problema sempre é deixado para depois e quando as pessoas vão procurar ajuda é porque já chegaram no limite”.

“A violência afeta a saúde mental dos moradores da Maré de forma bem cruel, objetiva e concreta”, afirma James Douglas de Oliveira, morador da favela Rubens Vaz.

O jovem conta que, por causa do meio em que vive, já foi diagnosticado com crise de ansiedade, depressão profunda e, apesar de não ter tentado, pensou em tirar a própria vida. Por ter sofrido as principais consequências de estar em um ambiente cercado pela violência, Oliveira também destaca a importância do amplo debate sobre a saúde mental no âmbito das comunidades. “Precisamos falar de saúde mental na favela, porque é um tema que, em níveis variados, atinge todos os moradores”, defende.



Placa memorial as vítimas da violência na Maré
Foto: Naldinho Lourenço



Marca de tiro em casa na Maré
Foto: Douglas Lopes/Redes da Maré

Os efeitos da exposição à violência também apresentam impactos físicos, uma vez que há relatos relacionados a dificuldade para dormir (44%), perda de apetite (33%), ânsia de vômito e dor de estômago (28%), calafrios ou indigestão (21,5%).

Irone Santiago é uma das pessoas que relata ter adoecido fisicamente por conta da violência. Segundo a moradora, além dos problemas emocionais, ficou doente depois de um episódio violento enfrentado pelo filho. “Eu demorei muito tempo para perceber que minha saúde mental e física estava afetada. Eu ia para academia, malhava e achava que estava bem, mas depois do que aconteceu com meu filho, passei mal e ao ir ao hospital descobri que tinha um aneurisma gigante por conta do que eu vivi”, relembra a moradora que procurou ajuda especializada para lidar com as questões.

“Estas constatações desafiam a ideia de que as populações de favelas se acostumaram com a violência armada em seu cotidiano: 75,5% dos moradores apontam a violência como a principal questão negativa de morar na Maré”, informam os pesquisadores.

Para Eliana Silva, diretora da Redes da Maré e idealizadora do estudo, a discussão sobre saúde mental de moradores de favelas e periferias, no contexto da violência a que estes territórios são submetidos é urgente e fundamental. “São situações cotidianas, que restringem a circulação das pessoas, produzem traumas, afetam a saúde física e mental e reduzem a confiança das pessoas nas instituições - já que muitas vezes é a própria polícia a responsável pelas violações de direitos”.

Nesse sentido, afirma Silva, a pesquisa foi importante para mostrar que é preciso olhar para a questão da saúde mental. “A partir de agora, é preciso desenhar políticas públicas para lidar com essa demanda”, afirma.

A saúde mental é um problema global, mas, no Complexo da Maré, a situação é ainda pior, “é um problema muito grande, muito sério, por causa dessas violências físicas, por causa desses medos, por causa dessas experiências traumáticas vividas pelos moradores. As dores e os sintomas de saúde mental não são evidentes como os de uma perna quebrada. Eles não se tratam com um remédio como os que usamos para dores de cabeça”, alerta o diretor teatral e principal pesquisador de Construindo Pontes, Paul Heritage.

"O estudo foi realizado no Complexo da Maré, mas podemos ampliar essa situação para qualquer lugar do País já que os determinantes sociais devem ser levados em conta na produção ou adoecimento da saúde mental"

(Laís Barreto)

Segundo Heritage, esse cenário hostil afeta a vida inteira de muitos moradores já que a incidência deste medo vem aumentando ao longo dos anos. “Claro que tudo isso vai influenciar toda a vida da pessoa: a possibilidade de estudar, de ter um bom emprego, de cuidar de sua saúde física ou mental”, avalia.

Tanto que o levantamento mostra que a violência impacta outras atividades dos moradores. No total, 26,5% da população teve algum problema no trabalho, escola ou universidade, devido à situação de violência na Maré nos 12 meses anteriores à pesquisa.

Para a psicóloga e psicoterapeuta Laís Barreto o estudo é fundamental para que sociedade perceba que as pessoas em situações de violência – independentemente da região –, ficam mais vulneráveis ao sofrimento/adoecimento mental. “O estudo foi realizado no Complexo da Maré, mas podemos ampliar essa situação para qualquer lugar do País já que os determinantes sociais devem ser levados em conta na produção ou adoecimento da saúde mental”, explica. E completa, “a produção da saúde mental não pode ser entendida como algo cerebral ou neurológica, ou simplesmente, de um a vivência subjetiva apartada da realidade social”.

Barreto, que é colaboradora do Grupo de Estudos em Política Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ainda chama a atenção que, além do tabu em torno do assunto, as pessoas que residem em regiões periféricas ou rurais são as que mais sofrem com a falta de acesso a serviços e equipamentos públicos, incluindo aqueles que dão suporte aos moradores em relação à saúde mental.

A psicóloga cita que alguns estigmas e preconceitos ainda são muito presentes na realidade de quem enfrenta problemas em relação à saúde mental, mas o estudo mostra que todos têm medo e podem adoecer.

Ações

Diante do cenário apresentado pela pesquisa, a Redes da Maré e a People's Palace Projects desenvolveram ações que buscam combater os principais transtornos psicológicos causados pela violência nas favelas.

Uma destas ações é o **Guia de Saúde Mental da Maré**, publicação que reúne orientações básicas aos moradores sobre o tema. O guia foi distribuído nas 16 favelas que integram o complexo durante a Semana de Saúde Mental da Maré, a Rema Maré, evento realizado no final de agosto.

POLÍCIA LETAL alimentada a ódio



Fenômeno mantém, historicamente, o caráter de problema crônico no Brasil, atingindo a sociedade de forma desigual, prejudicando os mais vulneráveis.

País tem um sistema com alta capacidade de fiscalização que, no entanto, não fiscaliza, abrindo espaço para sistemáticas violações aos direitos humanos

A sociedade brasileira passou a viver um acirramento da violência nos últimos oito anos, resultado de um regime de ódio que “explodiu” nas manifestações de 2013 e acabou se refletindo na ação policial, constatou o antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares. Foi durante a seção “Bate-papo: a violência na sociedade brasileira”, na grade de programação da 73ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em julho.

Tendo como comentaristas a advogada e procuradora Deborah Duprat e o antropólogo Otávio Velho, professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), presidente de honra da SBPC, Soares disse que o crescimento da violência policial letal no País está registrando números “dantescos”, sendo predominante em alguns estados como no Rio de Janeiro, onde 40% dos homicídios na cidade são perpetrados pela polícia.

Considerado um dos mais importantes especialistas em segurança pública do Brasil, Soares situou o crescimento da violência policial em um contexto de avanço do discurso bélico da extrema direita que culminou com a chegada ao poder de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. No entanto, segundo ele, esse discurso já vinha fermentando na sociedade desde o término da ditadura civil-militar (1964-1985), que acabou criando o que ele chama de “enclave institucional”, uma força policial que não se submete ao poder civil.

“O ódio passou a ser nossa referência no regime de afetos”, analisou Soares. Para ele, a pandemia do coronavírus, além da tragédia em mortes causada pela má gestão da crise sanitária, contribuiu para a construção de uma “atmosfera tóxica e venenosa”.

“Tudo isso concorre para que a violência se amplie e efetivamente vimos um crescimento dos homicídios dolosos, com ênfase extraordinária nas vítimas jovens negros e pobres”, reiterou.

Em outro encontro da 73ª Reunião Anual, a mesa-redonda “Estado e Violência nas Prisões, nas Aldeias e na Vida Cotidiana”, o diagnóstico foi de que a violência no Brasil mantém, historicamente, o caráter de problema crônico, que atinge a sociedade de forma desigual, prejudicando mais a população vulnerável. Uma das características do cenário atual é a intensidade crescente da violência policial em meio a um sistema com alta capacidade de fiscalização que, no entanto, não fiscaliza, abrindo espaço para sistemáticas violações aos direitos humanos.

A atividade foi coordenada por Ennio Candotti, presidente de honra da SBPC e diretor do Museu da Amazônia (MUSA), e teve como palestrantes Daniel Antônio Sarmiento, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Fábio Magalhães Candotti, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e coordenador do projeto

Infocadeia (Informações sobre Encarceramento no Amazonas); e o antropólogo Felipe Cruz Tuxá, ativista dos direitos dos povos indígenas e professor e pesquisador da Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

Daniel Sarmiento apresentou os principais dados sobre encarceramento no Brasil, país que está em terceiro lugar no mundo em população carcerária com estimados 740 mil a 790 mil presos, número que praticamente multiplicou-se por dez nos últimos trinta anos. “Essa superpopulação gera gravíssimas violações de direitos humanos”, alertou, frisando que “quanto mais se prende, pior a situação da segurança pública.”

O quadro não é novo, mas está agravado por ações do governo federal que desmonta políticas públicas de promoção de direitos, aparelha os órgãos de controle e incentiva a violência civil e militar. “É um cenário em que a violência, que já é um problema crônico no País, se torna ainda mais grave”, analisou Sarmiento.

Felipe Cruz, do povo Tuxá, da Bahia, definiu a violência contra os indígenas como “estrutural e incessante”, marcada mais recentemente pela influência de um presidente da República que sustenta o discurso anti-indígena desde a campanha eleitoral. Mesmo antes de se eleger, Jair Bolsonaro já tinha dito que, caso fosse eleito, não demarcaria nem um milímetro a mais de terra indígena. Para Cruz, isso marca uma mudança forte de abordagem, não só em relação ao discurso, mas também com o desmonte de políticas públicas voltadas a estas populações. “Um dos efeitos das falas e ações do presidente Bolsonaro tem sido mobilizar a sociedade civil contra os povos indígenas”, afirmou Felipe Cruz.

No Amazonas, todo esse cenário se amplifica, atingindo não só os indígenas – que estão em maioria naquele estado –, mas toda a população mais vulnerável, segundo relato de Fabio Candotti. “Essa perspectiva da Amazônia sem Estado, sem lei, se vê de maneira bastante forte a partir de 2017, com o massacre brutal no presídio de Manaus”, disse, referindo-se à rebelião do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), na qual 56 pessoas morreram.

Fabio Candotti alertou para o perigo da narrativa comum de que as pessoas saem mais perigosas do sistema carcerário do que quando entraram. Segundo ele, quando saem, as pessoas estão mais “adoecidas física e psicologicamente, muito mais revoltadas” e não se trata de terem passado por uma “faculdade do crime”, mas uma “faculdade do ódio”, com muito mais dívidas, não só financeiras, mas morais.



Povos tradicionais sob ataque

A cobiça por terras obriga indígenas a lutar para preservar direitos já garantidos na Constituição enquanto quilombolas são abandonados à própria sorte em seus territórios

Há séculos os povos indígenas brasileiros lutam por seu espaço em seu próprio país. As Terras Indígenas (TI) estão garantidas pela Constituição de 1988, mas no Brasil de hoje, essa garantia está sendo colocada em xeque e o pouco espaço que eles ainda têm está ameaçado. Os descasos e desrespeitos também atingem os quilombolas.

No caso dos indígenas, não se trata apenas do desmonte, pelo Executivo, de políticas públicas de fiscalização e controle, que garantem a segurança das TI e evitam desmatamento e invasão, o que já é suficientemente aterrador. No Legislativo também estão sendo derrubadas, em geral por ampla margem de votos, as garantias constitucionais aos direitos à vida, ao território e à saúde de todas as etnias.

A deputada Joenia Wapichana (Rede-RR) lista as leis que ganharam terreno no Congresso Nacional este ano e que colocam os indígenas em risco. O Projeto de Lei (PL) 490 que prevê alterações nas regras de demarcação de TI; o PL 2.633, de regularização fundiária, que abre espaço para grilagem de terras públicas ao ampliar a possibilidade de regularização das terras da União por auto declaração, além de anistiar grileiros e criminosos ambientais; o PL 984/19 que permite a abertura de estradas no Parque Nacional do Iguaçu; o PL 3.729/04 referente ao Licenciamento Ambiental, retirando a obrigatoriedade de licenciamento de atividades setoriais de impacto ambiental e o PL 191/20, referente à autorização de atividades econômicas como mineração e exploração de hidrocarbonetos e obras de infraestrutura em territórios indígenas.

No âmbito do Judiciário, há Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, mais conhecido como Marco Temporal, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se de um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e indígenas do povo Xokleng, envolvendo uma área reivindicada da TI Ibirama-Laklanô. O julgamento do RE foi suspenso no dia 15 de setembro, com um voto a favor e outro contra. Com o pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, o recurso parou, sem data para ser retomado.

“O que primeiro o povo indígena tem de fundamental é a Terra Indígena”, afirma a deputada Wapichana. “Uma vez que se possibilita a redução do direito à terra, coloca em risco outros direitos. O que tem acontecido é tentativa de retaliar esse direito”, disse ela em entrevista ao

Jornal da Ciência.



ESPECIAL

O marco temporal é uma tese jurídica que restringe os direitos constitucionais dos povos indígenas ao determinar que eles comprovem que ocupavam uma determinada terra alvo de conflito em 5 de outubro de 1988. Na prática, a tese legaliza e legitima as violências a que os povos foram submetidos até a promulgação da Constituição de 1988, porque muitos deles foram forçados a deixar suas terras, principalmente durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

“O direito à terra é o ponto fundamental”, explica a parlamentar. É da terra que vem educação, saúde, produção, meio ambiente, sustentabilidade, cultura, enfim, o bem-estar das comunidades.

“Esse conjunto de leis está inviabilizando a reprodução cultural dos indígenas, eles não vão ter condições de transmitir aos filhos esse patrimônio efetivo que estão controlando agora”, avalia o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, do Projeto Nova Cartografia Social, professor dos programas de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia e em Antropologia Social, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam). “O genocídio (indígena) não está atrelado necessariamente ao óbito, ele está atrelado aos dados de inumanidade”, completou.

Assim como os indígenas, os quilombolas têm sofrido com avanços sobre seus territórios – a maior parte sem registro e garantia oficial – agravado pelos efeitos do desmonte de políticas públicas sociais e de renda em um cenário de pandemia e crise econômica. Denildo Rodrigues de Moraes

“O genocídio (indígena) não está atrelado necessariamente ao óbito, ele está atrelado aos dados de inumanidade”

(antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida)

(Biko Rodrigues), quilombola do território Ivaopunduva, no Vale do Ribeira (SP), frisa a falta de atenção a estas comunidades durante a pandemia e a vacinação que hoje, segundo ele, ainda não chegou para aproximadamente 40% dos quilombolas.

Coordenador Executivo e Articulador Nacional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras

Rurais Quilombolas (Conaq), Biko Rodrigues afirma que o seu povo está na luta junto aos parlamentares, ao Ministério Público, instituições, campanhas coletivas com outras organizações para doações de comida. “Temos batido em várias frentes, mas temos visto um governo negacionista, que está sendo fiel a tudo o que prometeu na campanha que é ser um governo contra os direitos das minorias, em que negros, quilombolas, povos tradicionais não teriam vez”.

Não apenas os quilombolas, mas a comunidade negra tem sido especialmente prejudicada pelo governo de Jair Bolsonaro, tanto no aprofundamento das desigualdades sociais – nas quais os negros são as maiores vítimas – quanto em questões culturais e religiosas. Com um negro declaradamente racista no comando da Fundação Palmares, políticas públicas de reconhecimento e incentivo à cultura negra têm sido desmanteladas. Paralelamente, fanáticos religiosos incentivados pelo discurso do presidente têm feito ataques a centros de cultos de matriz africana. “O Brasil nunca foi um país pacificado com relação à democracia racial, é um país onde um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos, a violência contra as mulheres negras é estrondosa e onde 80% dos que estão na miséria são negros”, definiu o coordenador da Conaq.

Crimes multifacetados

Ao contrário da violência contra a mulher, os ataques homofóbicos ainda não contam com uma sanção social, diz pesquisador

A violência LGBTfóbica tem algumas particularidades, partindo de três grandes dimensões da sociedade: crimes violentos - não apenas letais, mas discriminação, espancamentos dentro da família (que é um foco de violência) -, estatal (institucional) e sociedade (locais de trabalho, escolas). É o que explica o cientista social Felipe Bruno Martins Fernandes.

Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, Fernandes é também Líder do Gir@ – Núcleo de Estudos Feministas em Política e Educação. Suas áreas principais de pesquisa são Ensino de Gênero, Sexualidades e Antropologia.

“A violência LGBTfóbica vem de vários lados, muitas vezes a vítima de uma violência na rua não tem o acolhimento

nem em casa, nem nas instituições estatais que deveriam cumprir com esse papel. Há poucos locais de acolhimento, de recepção, de preocupação com as vítimas”, define.

A títulos de comparação, Fernandes frisa que existe uma “sanção moral” na sociedade contrária aos ataques às mulheres, por exemplo, que não se encontra em relação aos homossexuais. “Por mais que a violência contra a mulher seja tão crônica e espraçada pela sociedade, com números exorbitantes, há uma sanção moral: não se deve bater na mulher”.

Para ele, apesar de existir a criminalização da homofobia, a tipificação do crime homofóbico foi “muito malfeita” e, durante 40 anos, quem fez a tipificação dos crimes contra LGBT foi o próprio movimento social, principalmente liderado pelo Grupo Gay da Bahia.



O perigo mora em casa

As estatísticas demonstram que a violência contra a mulher foi agravada durante o período pandêmico, não só pela convivência mais próxima das vítimas com seus agressores, como também pela vulnerabilidade da condição delas



As agressões sofridas pelas mulheres têm raízes profundas. Em uma entrevista para o Jornal da Ciência em julho a professora Lourdes Maria Bandeira, emérita do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), analisou que o fenômeno se caracteriza por ocorrer tanto nos espaços domésticos familiares e privados, quanto no público.

Ela chamou a atenção para a complexidade do tema, porque podem ser várias violências sobrepostas – psicológica, moral, física e sexual. “De modo geral, a gente sabe que está presente e passa a ter visibilidade e legitimidade a partir das denúncias e das reivindicações do movimento feminista no final dos anos 70. No entanto, cada situação, cada caso tem sua especificidade, não dá para colocar tudo numa vala comum”, disse Bandeira.

Lia Zanotta Machado, professora titular de Antropologia da UnB, lembra que a violência contra as mulheres advém de um poder desigual de gênero que foi legitimado pelo direito brasileiro desde a época da Colônia, Império e República. “Está na memória social que o chefe de família podia castigar fisicamente as mulheres e também os seus filhos, e também os seus empregados, todos que estivessem no mesmo domínio doméstico, e inclusive lhe dava o direito de, se ele desconfiasse que a sua mulher o traísse, até matar”.

Ou seja, são séculos de poder patriarcal que só começa a ser seriamente questionado e transformado em legislação e políticas públicas protetivas muito recentemente. A Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, avançou no sentido de garantir o direito à vida das mulheres atacadas por seus companheiros.

Mas tampouco resolve o problema, afirma a professora Bandeira. “A Lei Maria da Penha tem uma visibilidade cultural muito grande, mas muito mais pela dimensão opressiva, que condena o agressor, que pela dimensão pedagógica, quero dizer, pela mudança das relações entre homens e mulheres”.

A entrevista da professora Lourdes Bandeira ao Jornal da Ciência, realizada em julho, foi uma das últimas que concedeu. Ela faleceu em 12 de setembro. Bandeira teve destacada trajetória científica, suas pesquisas sobre feminicídio subsidiaram discussões no Congresso Nacional sobre ações de combate à violência, tendo feito parte do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Feminicídio no Distrito Federal.

Para Bandeira, a Maria da Penha tem um efeito positivo no sentido de possibilitar que as mulheres passassem a denunciar as agressões, abrir um processo, pois sabe que não vai ficar um “BO (Boletim de Ocorrência) na prateleira”. “O que ainda não é muito desenvolvido é a celeridade no processo, que se prolonga por um, dois,

três anos e muitas vezes a mulher corre risco de vida, tem uma medida protetiva que é até expedida pelo juiz, mas sobre ela não tem nenhum controle. E o opressor, muitas vezes, tendo oportunidade ultrapassa a medida protetiva e mata a mulher, como já aconteceu muitas vezes. Então não podemos dizer, porque não tem uma pesquisa nacional e os dados do Fórum de Segurança Pública (FSP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) não estão mostrando diminuição no número de mortes das mulheres”, afirmou.

Lia Zanotta Machado chama a atenção para o fato de que a denúncia – elemento chave para a aplicação da Maria da Penha, depende muito das redes sociais das mulheres. Uma característica da sociedade brasileira é a existência de um número grande das chamadas “famílias individualizadas”, constituídas apenas pelo núcleo central – marido, mulher e filhos. “Você tem uma casa diferenciada, que não está nem próxima do seu pai e da sua mãe, ou seja, você fazendo um novo casal, saindo da casa dos pais, vai fazer uma outra, em geral inclusive distante dos parentes”. Por esses arranjos familiares, quando acontece a violência as mulheres estão distantes de suas redes sociais.

“As mulheres ficam mais isoladas e cada vez mais dependendo do seu companheiro, que passa a ter mais controle sobre essa mulher. Então, se você olhar em determinados casos de mulheres que são vítimas de violência, quando elas estão dentro de uma família mais complexa ou de relações mais próximas com vizinhança, elas conseguem às vezes apoio das suas redes sociais”. A pandemia reforçou esse isolamento, diz Machado.

Uma frente contra violações à liberdade acadêmica

Crescem as ameaças ao exercício da liberdade acadêmica e de cátedra no País. Pesquisa realizada pelo Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade (OPCL) da SBPC em parceria com o Observatório do Conhecimento e o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo irá traçar um panorama das violações



A liberdade de pesquisa nunca esteve tão ameaçada no Brasil como hoje. Em compensação, nunca houve no País uma iniciativa tão ampla para mapear essas violações como a pesquisa “A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?”.

Trata-se de um estudo organizado pelo Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade (OPCL) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em parceria com o Observatório do Conhecimento (OC) e o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (Laut).

Professores e pesquisadores podem colaborar, preenchendo e compartilhando o questionário que se encontra no portal da SBPC desde meados de setembro. Leva cerca de 10 minutos para ser respondido e não é obrigatória a identificação. As respostas permitirão traçar um panorama das violações e ameaças ao exercício da liberdade acadêmica e de cátedra no País.

O Brasil não está bem neste quesito comparado ao resto do mundo. Em 2020, foi classificado como “C” – em uma escala mundial de “A” a “E” – do índice de Liberdade Acadêmica (AFi na sigla em inglês), produzido pelo Global Public Privacy Institute (GPPI). Foi o único da América do Sul a ocupar essa categoria, além da Venezuela que figurou como “D”. Em um estudo anterior, produzido pela rede Scholars at Risk, foi apontado por ataques ao ensino superior, coerções com motivação política e ameaças de violação institucional, colocando em risco a autonomia universitária.

A professora Katrin Kinzelbach, do Instituto de Ciência Política da universidade FAU Erlangen-Nürnberg, da Alemanha, que desenvolveu e lançou o AFi, disse que em termos de média global, os acadêmicos desfrutam de maior liberdade hoje do que no século passado. Ao mesmo tempo, quase 80% da população mundial continua a viver em países onde a liberdade acadêmica está sujeita a restrições.

“Nos últimos anos, as garantias constitucionais em defesa da ciência não têm sido observadas, sequer respeitadas”, afirmou Maria Filomena Gregori, coordenadora do OPCL. “Têm se multiplicado recentemente atos praticados por governantes ou com sua aquiescência, que atentam contra a liberdade e autonomia essenciais à produção e difusão de informações e dados cientificamente fundamentados, afetando diretamente professores, pesquisadores, jornalistas e outros agentes sociais”, completou Gregori.

“Combate a centros autônomos de produção de conhecimento, de busca da verdade, de pensamento crítico é a marca de experiências autoritárias do século 20, no Brasil e no mundo”, comentou o jurista Conrado Hübner Mendes, pesquisador do Laut. “Tudo isso afeta e contraria interesses de um projeto autoritário de repressão exatamente do que essas instituições produzem. É um fenômeno comum que a gente está assistindo de maneira muito agressiva agora”, completou.

O número de casos de perseguição se avolumou com a pandemia de covid-19. Entre os atingidos estava o epidemiologista e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pedro Hallal, coordenador da pesquisa Epicovid, o maior estudo epidemiológico do País sobre a doença. Investigado pela Controladoria Geral da União (CGU) por críticas que fez à condução da pandemia, foi obrigado a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta para encerrar o processo.

A professora Larissa Bombardi, pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), passou a ser intimidada e ameaçada de morte por seu trabalho sobre o uso de agrotóxicos no Brasil. Acabou deixando o país.

Hübner Mendes, que contribuiu com o relatório do GPPI, viveu na própria pele um episódio de perseguição. Ele foi acusado e processado por calúnia, injúria e difamação

pelo titular da Procuradoria Geral da República (PGR), Augusto Aras, que enviou uma representação ao reitor da USP, onde Mendes é professor, pedindo que o caso fosse enviado à Comissão de Ética da instituição de ensino. O motivo foi uma crítica pública feita por Mendes em sua coluna no jornal Folha de S. Paulo pela falta de atuação da PGR diante da resposta ineficaz do governo à pandemia.

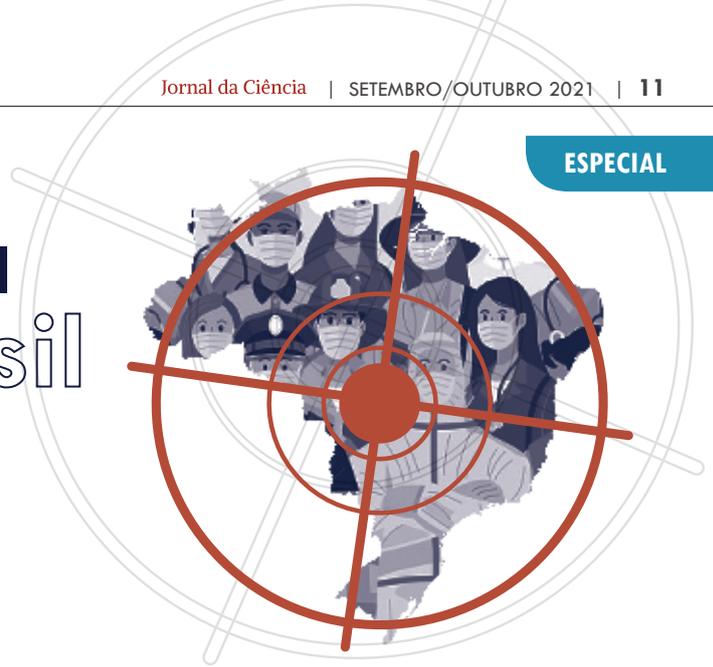
“O Brasil é um dos seis países onde a pontuação AFi piorou em pelo menos 0,15 ponto nos últimos cinco anos” comentou Katrin Kinzelbach. “Estou acompanhando com preocupação e também assinei petições em apoio a acadêmicos brasileiros que vivenciam a intimidação seletiva, como o professor Conrado Hübner Mendes”. Para Kinzelbach, o cerceamento da liberdade acadêmica no Brasil é parte de um processo maior de autocratização. “Os governos que colocam os acadêmicos sob pressão não apenas atrapalham a busca por conhecimento e inovação, mas também minam a democracia”.

Os casos citados acima foram os mais notórios, amplamente divulgados pela imprensa. Porém, muitos outros cientistas, pesquisadores e professores anônimos têm passado por esse tipo de intimidação e cerceamento. A pesquisa “A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?” será um instrumento para mapear a real situação. “Decidimos fazer esse levantamento através de docentes e pesquisadores para ter um quadro mais geral de informações”, explicou Maria Filomena Gregori.

“A pesquisa é um questionário que, após circulado, respondido e analisado vai proporcionar, pela primeira vez, de maneira mais sistemática e ampla, uma descrição e uma representação do cenário brasileiro de maneira mais completa”, disse Mendes. “A ideia é que tenhamos um amplo panorama de situações que, ao que nos parece, vêm crescendo e se avolumando nos espaços de pesquisa no Brasil”, afirmou Maria Clara Santos, coordenadora do Núcleo de Pesquisas do OC, durante o lançamento da pesquisa.

Assédio institucional avança no Brasil

Pesquisadores do Ipea desenvolvem conceito e levantamento de casos no serviço público



Ameaças, acusações infundadas e sem provas, xingamentos, perseguição ideológica, racismo. O assédio moral virou rotina na vida dos servidores públicos federais brasileiros desde o primeiro dia do atual governo. Mas mesmo antes, em 2016, com a derrubada da presidenta eleita Dilma Rousseff, um novo tipo de assédio vem se desenhando no Brasil: o institucional.

O conceito é novo e foi desenvolvido pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) José Celso Cardoso Jr e Frederico Barbosa da Silva. No fim de 2020 eles publicaram um artigo na revista da Afipea (Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea), associação dos funcionários do órgão que é ligado ao Ministério da Economia, definindo o fenômeno como um conjunto de discursos, falas e posicionamentos públicos, imposições normativas e práticas administrativas vindas direta ou indiretamente de dirigentes e gestores públicos localizados em posições hierárquicas superiores.

Diferente do assédio moral tradicional, que existe no setor público e privado desde os primórdios da relação entre capital e trabalho, o institucional é mais sorrateiro. “A diferença é que embora os servidores se sintam assediados moralmente, isso não se expressa como ameaça, ou perseguição ou punição individual”, disse Cardoso.

Vários órgãos públicos têm sofrido e estão passando neste momento por assédio institucional na definição dos pesquisadores, entre eles notadamente as universidades e instituições de ensino federais, as agências nacionais de defesa do meio ambiente (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) e dos indígenas (Fundação Nacional do Índio - Funai), entre muitos outros.

O assédio institucional tem uma característica coletiva. Quando, por exemplo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chama os servidores de “parasitas”, diz que vai colocar uma “granada no bolso” deles, não está se dirigindo a um ou outro servidor em particular, mas ao coletivo, à classe dos servidores públicos. E isso, reitera Cardoso, faz parte de uma estratégia discursiva do atual governo para deslegitimar, culpabilizar os servidores supostamente pela crise fiscal.

Esse tipo de acoso não está amparado por uma jurisprudência de natureza qualquer, daí o esforço em disseminar o conceito do assédio institucional. “Nesse sentido, a novidade desse trabalho é tentar cunhar essa expressão do assédio institucional como sendo específico do setor público com essas características de caráter coletivo, dirigido não apenas aos servidores, mas também às próprias organizações do estado, as políticas públicas finalísticas, várias delas constitucionais”, afirmou.

Segundo ele, o caso do Ipea é talvez “menos dramático” se comparado ao Ibama, à Funai, os órgãos da área ambiental ou cultural, ou IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no qual os servidores estão sendo ameaçados pelos superiores por conta do trabalho que têm que fazer”, disse Cardoso.

“Não há censura explícita no Ipea, ninguém está proibido de pesquisar qualquer assunto. Porém, determinados trabalhos

são publicados e outros não; alguns vão para o fim da fila de publicação, outros furam a fila; alguns tem mais visibilidade na imprensa, outros não tem nenhuma”. A forma de manifestação, de publicação e divulgação dos trabalhos mudou completamente, instaurando um clima de insegurança interna que acaba levando a uma autocensura dos próprios servidores.

O mesmo acontece nas universidades, em casos onde servidores, professores, pesquisadores sentem-se acuados em publicar e produzir trabalhos que sejam críticos na visão do departamento ou do próprio governo de algum modo. “Isso afeta o modus operandi da instituição”, afirma Cardoso.

Os casos classificados como de assédio institucional estão sendo coletados e reunidos desde 2019 e a base de dados formada ajudou a desenvolver o Assediômetro, uma plataforma virtual onde são cadastrados e registrados os casos que saem na imprensa (a fonte principal), classificados por área, tipos, etc. Atualmente a base tem 960 casos de assédio institucional em quase uma centena de órgãos públicos.

A partir das denúncias, a própria Afipea está organizando um documento para ser encaminhado ao Ministério Público para mostrar a gravidade do que está acontecendo. Em outra frente, a instituição está construindo uma tese jurídica para referendar uma ação que será encaminhada, provavelmente no início do ano que vem, junto ao Supremo Tribunal Federal com as denúncias de forma a dar substância factual para o tema do assédio institucional junto à estância máxima da Justiça. “Estamos nos mobilizando”, garante Cardoso.



A violência estrutural da sociedade brasileira e a Constituição de 1988

DEBORAH DUPRAT

Advogada e subprocuradora-geral da República aposentada

Toda a história da América Latina poderia ser escrita a partir de distintas formas de violência que a assolam desde a sua origem: o episódio da conquista e seus efeitos devastadores sobre as populações indígenas; a escravidão; a violência da exploração extrativista sem limites; a violência epistemológica da alfabetização, que impõe a língua dos dominantes e seus valores como universais; a violência da formação do Estado nacional, em que a homogeneidade por ele pressuposta vai ser expressão do poder colonial. A essas formas de violência histórica e fundacional agregam-se aquelas que derivam da violência de classe, de gênero, de orientação sexual e de tantas outras, de tal forma que é possível dizer que a violência sistêmica está na base da organização das sociedades latino-americanas.

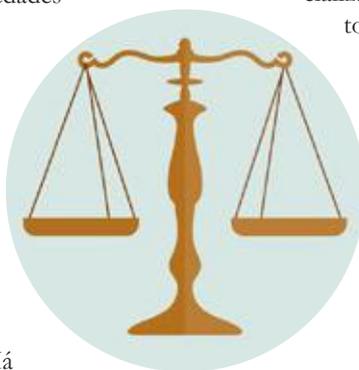
Essa violência de todos os tipos também se traduz em uma geografia social: o centro e a periferia. A periferia vai ser constituída como o local da escassez, da mutilação, da precariedade. E as pessoas que ali estão vão ser desqualificadas e representadas como perigosas. São muitas as estratégias de contenção dos corpos periféricos. A primeira e mais evidente é o uso da polícia, mantendo a fronteira e impedindo a chegada ao centro. Há ainda o aparato legal que criminaliza e encarcera em larga escala essa população.

A Constituição brasileira de 1988 buscou superar esse passado de exclusão e violência, distribuindo fartamente direitos, reorganizando os espaços sociais e reorientando as relações entre as pessoas, atenta sempre ao diverso e ao plural. Tamanha engenharia jurídica, para uma sociedade historicamente desigual e injusta, tinha que contar com um princípio regulativo, e esse vai ser o princípio da solidariedade, tal como expressamente previsto no artigo 3º da Constituição. Há, nesse dispositivo, uma ideia genuinamente utópica de uma sociedade “livre, justa e solidária”, que se propõe a “erradicar a pobreza e a marginalização”, bem como a reduzir todas as desigualdades. É uma sociedade voltada, no seu conjunto, a “promover

o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. A solidariedade, a partir de 1988, vai organizar o sentido coletivo da vida e passa a ser o marco relacional onde sentimento, ação e discurso se fazem possíveis.

O princípio da solidariedade não se traduz em consensos permanentes e neutralidade dos conflitos. Muito ao contrário, uma sociedade plural é atravessada por visões de mundo em disputa, mas a solidariedade convoca a que as divergências se resolvam sem possibilidade de recurso à violência.

Também por essa razão, a Constituição cuidou de potencializar as liberdades de todos os tipos e reorientou o direito penal. Toda a sua disciplina está contida no artigo 5º, o mesmo que trata dos principais direitos e garantias fundamentais. Significa dizer que houve uma opção por um direito penal de caráter residual, que teria por objeto apenas condutas que comprometessem seriamente o arranjo constitucional. O direito penal, portanto, passou a ter como finalidade e limite os próprios direitos fundamentais: presta-se à defesa destes e não pode ser usado de modo a diminuir ou neutralizar esses mesmos direitos.



Houve ainda um investimento constitucional na capacitação das polícias para assegurar o compromisso da convivência pacífica: organização em carreira e remuneração mediante subsídios (art. 144, § 9º), tal como os membros de Poder, os detentores de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais. Essa polícia deveria ser treinada para, em sua atuação, causar o menor dano possível.

Se o cenário atual é de violência estatal extremada, de retorno a desigualdades abissais, de discriminação contra os grupos historicamente subalternizados e de avanço sobre as liberdades, é porque essa Constituição está sendo perdida. E com ela qualquer possibilidade de organização coletiva minimamente saudável.

Por uma masculinidade FEMINISTA



Foto: Arquivo pessoal

Para conter a violência contra a mulher é preciso educar também os homens dentro de uma perspectiva feminista, afirma a socióloga **EVA BLAY, especialista em estudos de gênero e fundadora do primeiro curso de graduação e pós-graduação sobre a mulher na Universidade de São Paulo**

Após completar 15 anos da sanção, a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi fundamental para combater a violência contra a mulher, na visão da socióloga Eva Blay. Após séculos de agressões silenciosas no ambiente doméstico, vítimas de maridos, namorados, noivos, pais, padrastos ou ex-maridos, ex-noivos, ex-namorados, etc. numa sociedade machista, as mulheres foram encorajadas a denunciar e processar seus agressores, levando alguns à condenação.

Mas Blay alerta que só mexer com as bases do direito não é suficiente. É preciso “desconstruir o patriarcado”, transformar a mentalidade machista da sociedade, acabar com a cultura do abuso e do estupro. E isso só se consegue trazendo os homens para essa luta.

Graduada, com mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo (USP), Eva Blay é professora emérita da instituição onde criou o primeiro curso de pós-graduação voltado ao estudo da questão feminina. Fundou o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero do qual foi coordenadora científica; primeira presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo (1983-85), e também passou pela política como senadora entre dezembro de 1992 e janeiro de 1995. Se especializou na questão da violência contra a mulher, feminismo e masculinidades e Imigração Judaica.

Nessa entrevista exclusiva ao Jornal da Ciência, Eva Blay se mostra revoltada com os retrocessos sociais e de defesa dos direitos femininos no Brasil dos últimos cinco anos. Leia a seguir a íntegra da entrevista:

Jornal da Ciência – De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2020 houve um aumento de 7% na taxa de feminicídios, sendo que 66% das mulheres

assassinadas eram negras. Além disso, a cada minuto de 2020, alguém ligou para um centro de denúncias para relatar um caso de violência doméstica contra mulheres. Como a Sra. interpreta estes dados?

Eva Blay – Os dados mostram que, com a pandemia, o fato de que homens e mulheres ficam mais tempo dentro de casa, com mais problemas econômicos, ausência de trabalho, somado ao fato de que não tínhamos vacina, tudo isso realmente piorou a situação que as pessoas já viviam. A convivência forçada piorou para famílias em que havia uma certa ausência de igualdade entre homens e mulheres. Então não acho nada extraordinário ter havido esse aumento (nas estatísticas de violência). Mas acho também que estamos vivendo com um governo federal – e as pessoas não têm levantado muito essa questão, mas eu insisto – que passa uma imagem de disputa e ódio, especialmente ódio contra as mulheres. Isso passa para a sociedade. Desqualificam as mulheres, as meninas, a educação para as crianças. O governo federal inevitavelmente dá certas diretrizes. Nós feministas lutamos 40 anos para construir uma política de igualdade de gênero. Agora se criou um Ministério da Mulher que é contra as mulheres. Nunca imaginei ter um Ministério da Mulher que não fosse ao menos a favor de igualdade, de paz, de direitos às mulheres e às meninas, e também aos homens.

JC – Mesmo sendo comandado por uma mulher...

EB – Bem, o fato de ela ser do sexo feminino é um ponto interessante, porque não significa que ela seja uma mulher no sentido de gênero. Quer dizer, ela não se comporta com a solidariedade com as outras mulheres, que têm o mesmo sexo biológico. Ela se comporta de uma maneira que a sociedade discrimina a mulher e ela torna isso ainda mais agressivo. Então, acho

que nós voltamos para trás, acentuamos esse patriarcado. Infelizmente, não é que os homens sejam inteiramente culpados, mas eles foram educados dentro dessa vertente hegemônica masculina, de que o que ele falou, está falado. Temos que desestruturar essa maneira de educar, podemos perfeitamente educar os homens dentro de uma perspectiva feminista, de igualdade entre todos, de respeito às diferenças.

JC – A senhora falou do governo federal, a postura em relação às mulheres. Que episódios e frases considera mais graves no sentido de estimular a violência e a discriminação contra as mulheres?

EB – O comportamento dele (presidente Jair Bolsonaro) com relação às deputadas federais, por exemplo. Vimos como ele tratou a (deputada) Maria do Rosário (PT-RS), mas não foi só isso. Como desqualifica as mulheres jornalistas. Todo o comportamento dele, do ministro da Educação, os anteriores e o atual que são absolutamente cegos para a questão de gênero, eles pensam a sociedade como um todo. Quando eles usam frases como “gênero é comunista”, é absurdo! Os países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os países nórdicos, os Estados Unidos e até a China, todos se preocupam em reduzir essas diferenças e, ao contrário, melhorar a educação e a instrução das mulheres. Quero comparar o que acontece agora no Afeganistão ou alguns países muçulmanos que apagam a inteligência das mulheres. Quando fazem isso, que é o que o nosso ministro da educação ou nosso presidente da República fazem, estão jogando fora a inteligência brasileira, estão reduzindo nossa capacidade de construir. Ao contrário, com as mulheres que foram educadas na ciência, na medicina, na pesquisa, o país fica mais rico, mais igualitário, todos ganham com isso.

ENTREVISTA

JC – A Lei Maria da Penha (11.340, sancionada em agosto de 2006), completa 15 anos este ano. Que balanço a senhora faz da implementação e de sua efetividade no combate ao feminicídio?

EB – Essa lei foi fundamental, trouxe visibilidade para a violência contra a mulher, mexeu com a estrutura do direito, levando à condenação dos homicidas. Mas ela sozinha não consegue resolver tudo.

JC – O que seria necessário para complementar a efetividade dessa lei?

EB – Precisamos trabalhar os homens desde pequenininhos, ensiná-los a reconhecer a igualdade de gênero. Temos que desestruturar esse machismo que está incorporado na sociedade, criar uma nova masculinidade. Eu chamei isso de masculinidade feminista, acredito nisso. Isso quer dizer igualdade de direitos e oportunidades. Não quer dizer que homens e mulheres de repente sejam iguais, acho muito bem-vinda a nossa diferença. Eu tenho marido, filho homem, enfim, não sou contra os homens, ao contrário, quero que eles aproveitem da condição masculina a favor deles e de nós mulheres. Então, para fazer mais efetiva a Lei Maria da Penha, temos que completar esse trabalho com a reeducação dos homens.

JC – A senhora tem falado de uma reação ao machismo necrófilo que começa a despontar timidamente com grupos que trabalham para reeducar homens violentos. Que movimentos são esses? Já existem no Brasil?

EB – Falar em uma masculinidade feminista significa que há alguns grupos de homens muito inteligentes e sensíveis em vários lugares. Mas é pouco, esporádico, voluntário, não é suficiente. No entanto, a partir dessa experiência, podemos construir uma linha educacional que permita divulgar esse novo comportamento desde o ensino primário. Não adianta pegar os homens feitos e trabalhar esporadicamente. Tem que ser uma política educacional, uma política em que você comece a trabalhar a igualdade, os direitos, o respeito ao corpo com crianças de 4, 5, 6 anos de idade. O problema é que o (poder) Executivo tem medo de falar em sexualidade.

JC – Por que?

EB – Por que têm medo de falar em mulher. Acho que tanto esse governo quanto alguns religiosos foram educados dentro de uma perspectiva muito diabólica, enxergam ainda a mulher responsável pelo paraíso perdido, a mulher sempre culpada. Está na hora da gente mudar um pouco esse discurso e mostrar que nós mulheres não somos culpadas de nada. ‘Comemos a maçã’ sim, mas alguém plantou e nos deu essa maçã. E por que não podemos dividir ao meio essa maçã, metade para cada um? É uma brincadeira, mas está mais do que na hora de discutir isso, como muitos países do mundo já estão fazendo. Infelizmente nós no Brasil estamos muito, muito atrasados, ainda dentro daquela perspectiva inquisitorial.

JC – A senhora tem falado na existência de uma crise da masculinidade que se soma à crise patriarcal da virilidade, que teria se intensificado após a primeira guerra mundial. Pode falar mais sobre isso?

EB – Do que tenho lido, visto e pesquisado, vejo que os homens não ficam felizes em serem violentos. Absolutamente não lhes traz felicidade ser mandão, dono da verdade. Então essa carga que receberam da educação machista, traz muita infelicidade e isso entrou em crise. De repente eles veem que existem mulheres que eles admiram, que gostariam de conviver bem com elas, mas precisam aprender a rever seus valores. Precisam ver que não estão perdendo nada, ao contrário, estão ganhando uma aliada. Mas é difícil eles perceberem essa perda enquanto está acontecendo. Li um artigo muito interessante de um pesquisador que entrevistou um condenado que matou a mulher.

“Com as mulheres que foram educadas na ciência, na medicina, na pesquisa, o país fica mais rico, mais igualitário. Todos ganham”

O assassino contava que o dia mais feliz da vida dele foi o que ele conheceu essa mulher e o dia mais infeliz foi quando ele a matou. Você acha que esse homem que mata fica feliz? Ganha alguma coisa? Ou ele gostaria que o mundo fosse diferente e ele não precisasse matar? Não precisasse sentir ciúmes, se sentir desonrado? Porque enfiaram tudo isso na cabeça dele e agora, tardiamente, ele entrou em crise.

JC – Aborto sempre foi uma questão polêmica – para dizer o mínimo – e não só no Brasil. Pensando em um movimento histórico, a senhora diria que hoje o direito ao aborto é mais ou menos aceito pela sociedade? Ou nada mudou?

EB – Não se pode generalizar. O aborto já foi legalizado na Argentina, no Chile, no México, sem falar em Cuba e Venezuela. Esse movimento foi sendo estruturado em todos estes países de uma forma mais inteligente. No Brasil temos essa situação em que já está legalizado desde os anos 40 nos casos de estupro, depois nos casos de risco de vida da mulher e de fetos anencefálicos. E não é que agora, em nome de não sei qual religião, se pretende voltar atrás? É triste porque as mulheres continuam fazendo abortos. Queiramos ou não, as mulheres chegam em determinados momentos de suas vidas em que elas fazem porque são obrigadas a fazer. Elas não têm condições de continuar, já têm três, quatro filhos, não têm salário, não têm emprego e ainda ficam grávidas. Além dos

casos de incesto, meninas com menos de 14 anos que ficam grávidas de parentes, vizinhos. É de uma perversidade deixar que essa menina tenha um filho! Ela vai perder sua vida, não vai voltar para a escola, não vai ser uma pessoa integral, com possibilidades, e ao mesmo tempo ainda vamos criar uma geração de crianças sem oportunidades.

JC – Qual o cenário no Brasil?

EB – Acho que o Brasil nesse ponto está muito atrasado. Educação sexual nas escolas, objetiva, com clareza, explicando como engravidar e como não engravidar, é fundamental e está sendo feito em todos os países decentes do mundo. Existe uma coisa que se chama hormônio, não adianta vir com uma conversa de infantilizar as crianças e adolescentes porque não é assim. A vida não é assim. Infelizmente, esse governo respondeu com aquela propaganda de que estávamos educando as crianças com “mamadeiras”, aquelas coisas ridículas que disseram. Não tem cabimento dizer que estamos educando as crianças para serem sexualizadas. O sexo é algo que vem naturalmente. O que se pode fazer é educar as crianças para evitar as consequências indesejáveis provocadas pela ignorância.

JC – Os movimentos pelo direito ao aborto legal tiveram vitórias expressivas em países vizinhos como Argentina e Chile. Quais as semelhanças e diferenças entre os movimentos feministas desses países e o Brasil? A senhora tem esperança em avanços parecidos no Brasil algum dia?

EB – Esperança eu tenho porque se não tivesse poderia fechar minha carreira. Mas sou professora e ensino. Há os que aprendem e os que são mais resistentes. Acredito na educação e na ciência e acho que vamos avançar. Neste momento estamos atravessando uma triste fase de retrocesso, mas isso passa. Temos que batalhar para evitar a manutenção disso, com a educação e não com crenças de direita, fascistas, que não permitem discussão, o avanço da ciência. É uma luta e não é de hoje.

JC – Há algo que a senhora gostaria de acrescentar que não abordamos?

EB – Quero dar um depoimento pessoal. Eu sempre fui educada na escola pública, do ensino básico ao superior. E o 7 de setembro era uma coisa tão linda, me lembro de vestir uma blusa branca, uma saia azul marinho e a gente desfilava na avenida São João, em São Paulo. Eu tinha um orgulho tão grande! Era um momento tão bonito. Para mim, era o Brasil e era a escola. Hoje você tem um 7 de setembro com guerra e tiros*. É muito triste, vamos levar várias gerações para recuperar isso.

**A entrevista foi realizada no dia 30 de agosto, às vésperas da manifestação de apoio ao presidente Jair Bolsonaro marcada para o dia 7 de setembro, para a qual houve uma ameaça da presença de policiais e outros agentes armados.*

A CIÊNCIA VAI ATÉ AS FAVELAS

Projeto da Secretaria Regional da SBPC na Paraíba em parceria com a Cufa, inspirado na pedagogia Freireana, promove encontro entre cientistas e lideranças comunitárias sobre temas escolhidos que afetam a vida das periferias



Uma experiência inédita de aproximação da ciência com o público está sendo realizada pela Secretaria Regional paraibana da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-PB). É o “Baile de Ciência nas Favelas”, iniciativa de compartilhamento de conhecimentos com as lideranças comunitárias para ajudá-las na solução de problemas a partir do conhecimento científico.

O projeto foi idealizado pelo secretário regional da SBPC-PB, Diogo Lopes de Oliveira, e conta com a parceria da Central Única das Favelas (Cufa), organização presente em 500 municípios brasileiros e outros 17 países. Inspirado na pedagogia de Paulo Freire, o “Baile” promove encontros entre cientistas e lideranças a partir de temas escolhidos pelos próprios representantes das comunidades.

Desde o primeiro, realizado em 9 de agosto, já foram promovidos seis encontros com o mesmo formato e temas diferentes – fake news, habitação, arte, política, religião e capacitação. Devido à necessidade de distanciamento social por causa da pandemia de coronavírus, os eventos têm sido virtuais.

O tema do primeiro foi “Fake News: Origens, Tipos e Formas de Combate-las”, conduzido pelo próprio Oliveira que é jornalista de formação pela Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE) e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

“A ideia não é que especialistas ‘vertam’ seus conhecimentos, mas que estes sejam construídos em conjunto com a comunidade”, definiu Oliveira, que foi eleito para a Secretaria Regional da SBPC na Paraíba em julho. O projeto foi desenvolvido durante suas pesquisas na área de comunicação de conflitos socioambientais e a busca por dados socioeconômicos de João Pessoa para apoiar um projeto social gastronômico da esposa Cristiane de Toffoli. Segundo ele, o nome “baile” tem a ver com a ideia de um espaço democrático, onde todas as pessoas dançam umas com as outras. “Não há hierarquias e todos se divertem, aprendem e ensinam a dançar. Queremos fazer o mesmo com a ciência”, declarou Oliveira.

“O projeto surgiu da necessidade de formação dos nossos líderes e da intenção de Diogo de contribuir com esse processo durante a pandemia”, recorda Kalyne Lima, vice-presidente nacional da Cufa.

Organização Não Governamental (ONG) co-fundada pelo empreendedor social Celso Athayde, o rapper MV Bill e outros personagens ligados à cultura das periferias, a Cufa atua em cinco mil favelas brasileiras

promovendo atividades de educação, lazer, esportes, cultura e cidadania a partir de ferramentas como grafite, DJ, break, rap, audiovisual, basquete de rua, literatura e outras ações sociais.

O modelo de atuação da ONG está estruturado sobre uma rede de aproximadamente 35 mil líderes comunitários, pessoas que moram nos territórios e atuam como voluntários em ações pontuais. Cada território tem pelo menos um líder que responde pela instituição localmente. Na Paraíba, a Cufa atua em cinco municípios nas regiões metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande, mobilizando cerca de 50 territórios vulneráveis entre favelas, assentamentos e comunidades indígenas. “Temos aproximadamente 50 voluntários diretos, ligados à instituição e pelo menos três vezes esse número de pessoas que contribuem pontualmente”, explica Lima.

São pessoas como Bruna Fernandes Ferreira, uma carioca de 37 anos que se mudou para a favela do Muçumagro, em João Pessoa. Técnica em Contabilidade, Ferreira trabalha na oficina de teatro para jovens da Associação Comunitária Agrícola de Moradores do Muçumagro como atividade remunerada pela manhã e, à tarde, auxilia como voluntária da Cufa na distribuição de sopa para as pessoas carentes.

Ferreira participou do “Baile da Ciência nas Favelas” e só não compareceu

CIÊNCIA E SOCIEDADE

a todos os eventos por impossibilidades de agenda pessoal. Ela destacou “Direito Humano à Moradia em Tempos de Pandemia”, que foi apresentado em 30 de agosto, por Olímpio Rocha, advogado, professor, mestre em Ciências Jurídicas e presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Foi um tema sugerido por ela e outras lideranças por guardar, obviamente, clara relação com um dos principais – se não o principal – problemas que afligem os moradores de favelas. “Ficamos sabendo dos nossos direitos e eu hoje (depois de assistir a palestra) sei me posicionar nessa questão”, afirmou.

Os encontros por enquanto são restritos aos líderes. A intenção, explica Kalyne Lima, é oferecer uma formação para que elas possam atuar como agentes multiplicadores nos territórios mais vulneráveis. Há outras limitações para uma disseminação mais ampla do conhecimento, principalmente relacionada à tecnologia.

Os encontros são feitos via aplicativos de reunião virtual, o que exige o acesso à internet que, como se sabe, é uma das maiores deficiências nas periferias e na área rural do País. “As lideranças têm acesso à internet, usam computador, celular, nem sempre dos melhores, mas minimamente conseguem participar de eventos que a Cufa promove”, disse a vice-presidente da ONG.

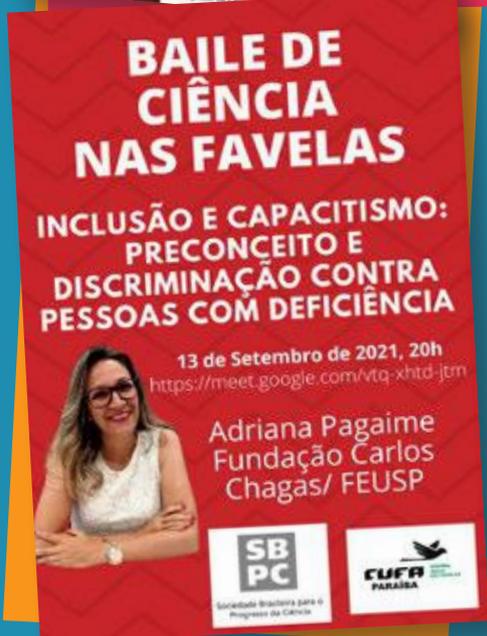
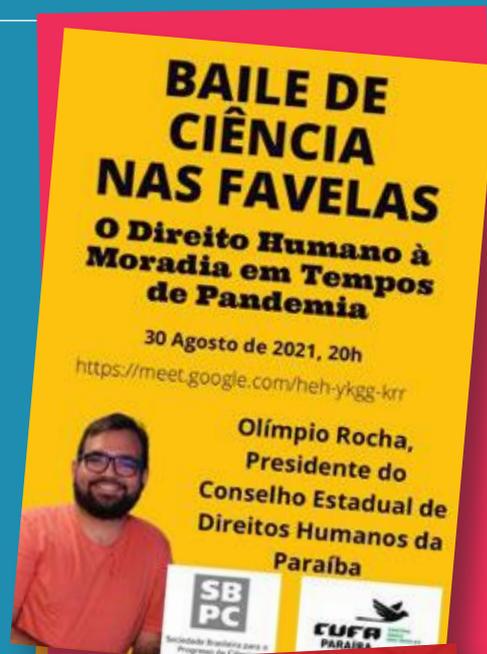
Esperava-se que, com a pandemia, o poder público oferecesse acesso à internet tendo em vista que as aulas em todas as escolas se tornaram remotas. Mas não foi o que aconteceu. “Estamos falando de famílias que muitas vezes têm cinco, seis crianças, um único celular que vai com a mãe para o trabalho e que essas crianças só têm acesso à noite e que essa mãe deixou de lado o pacote de dados para priorizar o alimento”, explicou Lima.

“O Baile” é uma experiência pioneira também para a Cufa, embora a organização já mantenha outros projetos em parcerias com universidades na área de pesquisa de ciências sociais para subsidiar as ações que promove. “A universidade sempre foi uma grande parceira, temos inúmeras experiências

espalhadas pelo Brasil, mas essa que estamos tendo especificamente na Paraíba acontece de forma pioneira, de formação dentro da perspectiva dos líderes da nossa rede”, afirmou Kalyne Lima. Segundo ela, a Cufa promove formações permanentes, mas com essa especificidade de recorte de território, trazendo temáticas que são apresentadas pelos próprios representantes, é a primeira vez. Para ela, o balanço do “Baile” até agora é positivo. “Tem sido bastante interessante a experiência porque sempre depois dos encontros há uma reverberação dos assuntos debatidos e entendo que isso, de certa forma tem impactado a vida desse pessoal”, comentou.

“A academia precisa ter mais espaços como esse”, disse Adriana Pagaime, pesquisadora no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas e doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Pagaime conduziu o encontro “Inclusão e Capacitismo: Preconceito e Discriminação contra Pessoas com Deficiência”, realizado em 13 de setembro e ampliado para mais um dia na semana seguinte a pedido das lideranças. Segundo ela, o primeiro encontro foi uma apresentação mais teórica sobre os termos para se designar as pessoas com deficiência, as expressões capacitistas pejorativas, legislação e a lógica capacitista da sociedade. Após ouvir atentamente, relatou Pagaime, os participantes começaram a se manifestar, revelando que sempre usaram essas expressões sem se dar conta de que eram preconceituosas.

O segundo encontro foi mais interativo, com mais debate. A pesquisadora diz que procurou ajudar os líderes da Cufa a desconstruir preconceitos arraigados, já transformados em “ditados populares” e expressões da cultura como chamar alguém de “retardado” ou exaltar o “dar uma de João sem Braço” como expressão de esperteza e malandragem. “Acho que as pessoas merecem e precisam saber para entender melhor que isso tem uma questão estrutural que vem de muito tempo atrás”, comentou Pagaime.



Há toda uma geração, diz a pesquisadora, que não conheceu a inclusão, pessoas com mais de 40 anos que na sua época de escola não compartilharam os espaços com pessoas com deficiência, a inclusão escolar. O evento foi uma oportunidade de as pessoas resgatarem a infância, tanto aqueles que conhecem (ou conheceram) pessoas com deficiência, quanto aqueles com quem convivem.

“O que eu reforço sempre é que não é uma questão apenas de parar de falar (frases preconceituosas). Talvez a gente pare de falar essas coisas, mas de vez em quando escapa. O importante é perceber o significado por trás disso, se corrigir”, afirmou.



IPCC: Brasil tem regiões duramente afetadas

Cientista que participou do relatório afirma que aquecimento global já atinge todas as regiões do planeta. Estima-se que cada 0,5°C adicional na temperatura tenha como resultado aumentos “claros e perceptíveis” na intensidade de precipitações de chuvas e das secas

JANES ROCHA

Ao contrário do que previa a dupla Sá e Guarabyra no xote “Sobradinho” (LP “Pirão de Peixe com Pimenta, 1977), o sertão está cada vez mais distante de virar mar. A música composta pela dupla foi um protesto contra o deslocamento de mais de 72 mil moradores dos municípios de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, no interior da Bahia, para a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

Os moradores foram retirados das margens do Rio São Francisco para a criação do reservatório da usina que demandou a desapropriação de 26 mil residências. Hoje o temido reservatório que fez o povo ir-se “embora com medo de se afogar” está com pouco mais de 40% de sua capacidade, próximo da média dos reservatórios de toda a região Nordeste, de acordo com o boletim de 15 de setembro do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A situação dos reservatórios no Nordeste é um pouco melhor que no Sudeste onde a gigante Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, por exemplo, já opera no volume morto, com menos de 20% da capacidade do reservatório.

“É importante observar que o problema da atual crise é a falta de água e não a falta de reservatórios. Mesmo as grandes usinas amazônicas estão com pouca água porque também choveu menos na margem direita do rio Amazonas”, analisou Lincoln Muniz Alves, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e um dos cientistas brasileiros que participaram da elaboração do relatório último Painel Intergovernamental do Clima (IPCC).

Alves contribuiu para a parte da sexta edição (AR6) do relatório que analisa o impacto das mudanças do clima regionalmente. Segundo ele, o aquecimento global já atinge todas as regiões do planeta e estima-se que a cada 0,5°C adicional na temperatura tenha como resultado aumentos “claros e perceptíveis” na intensidade de precipitações de chuvas e das secas.

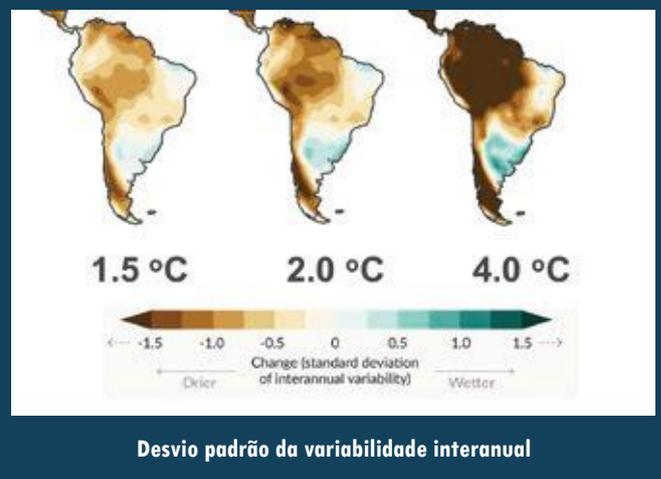
“De maneira geral, sem exceção, a maioria das 51 regiões que a gente analisou no relatório praticamente se projeta aumento de todos os fenômenos que induzem impacto”, afirmou Alves durante uma apresentação online da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

O “olhar regional” é um dos diferenciais do AR6 que trouxe uma análise mais ampla e refinada em comparação ao anterior (AR5). Na América do Sul, por exemplo, o número de regiões identificadas e analisadas passou de cinco para sete e destas, o Brasil está inserido em quatro.

O relatório apresenta a situação atual dos efeitos do clima e faz projeções para diferentes níveis de aquecimento que vão de 1.5°C até 4°C de aumento da temperatura da média da Terra (veja ilustração).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMÉRICA DO SUL

Alterações projetadas na umidade do solo para vários níveis de aquecimento (Destaque da Figura SPM 5)



Em todos os cenários fica clara a alta probabilidade de elevação de temperaturas médias em todas as regiões, inclusive com taxas maiores que a média global. Na América do Sul – o relatório não trata de países individualmente – é nítida a ampliação do território semiárido brasileiro em árido e da concentração de chuvas na região Sudeste, o que Alves considera “bastante preocupante”.

“Hoje, mesmo estando na condição de semiárido, os impactos dos eventos extremos, particularmente os de seca que afetam o Nordeste, trazem atrelado a questão do uso e ocupação do solo”, disse o pesquisador ao *Jornal da Ciência*. Segundo ele, a região Nordeste e boa parte do Norte e Centro-Oeste já registram muitas áreas em processo de degradação que afetam tanto a biodiversidade (fauna e flora) como também a parte socioeconômica, com a queda da produtividade da terra para a agricultura.

Na região Sudeste, apesar da grande necessidade de chuvas para abastecer os reservatórios de água, as projeções do IPCC não são alentadoras. A tendência é de aumento de precipitações, mas não necessariamente sobre as represas ou cabeceiras de rios. E a quantidade de água pode ser demasiada para culturas agrícolas que não podem suportar, sem contar as inundações nos centros urbanos que já causam problemas suficientes.

“Não adianta produzir muita água se seu reservatório tem um limite, não adianta ter muita chuva, o ideal seria a quantidade certa para cada atividade”, comentou Alves.

MEIO AMBIENTE

O aquecimento global invoca imagens dos desmatamentos e incêndios que destroem as florestas e o derretimento de geleiras antes consideradas eternas. Acabam ficando em segundo plano as consequências do mesmo fenômeno para os “habitats” que mais concentram seres humanos: as cidades. “O que o relatório coloca agora, por escrito, é que a temperatura que estamos observando hoje é a mais alta em pelo menos 800 mil anos”, reiterou o físico Paulo Artaxo, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e também um dos cientistas que elaboraram o documento.

“Olhando os mapas do relatório, é possível observar que, para a região Sudeste, se confirma algo que os climatologistas vêm falando há bastante tempo: vamos ter temperaturas mais elevadas, as ondas de calor vão ser mais comuns, há uma tendência de maior quantidade de dias e noites quentes e também extremos climáticos mais recorrentes em relação à natureza hídrica”, frisou a professora doutora do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), Gabriela Di Giulio.

Isso significa precipitações intensas e chuvas fortes em curto intervalo de tempo, completa Di Giulio – o que representa uma série de problemas no âmbito das cidades, particularmente nos grandes centros urbanos, onde a densidade populacional é mais concentrada em um espaço que já se ressentia de importantes lacunas em termos de infraestrutura. “Mas também podemos ter o oposto e enfrentar períodos longos de estiagem, o que estamos observando agora, e que vão afetar

diretamente a segurança hídrica, energética e alimentar”, alerta a professora da FSP-USP.

Di Giulio coordena uma equipe formada por cientistas sociais e das humanidades, climatologistas, ecólogos, economistas, especialistas em políticas públicas e planejamento urbano. A equipe forma uma rede interdisciplinar que começou seus estudos em 2015 com a pergunta: como as cidades brasileiras estão tentando internalizar a questão climática, apropriando a ideia de adaptação nas suas agendas? A partir desse questionamento foi desenvolvido um índice para medir o potencial de adaptação dos centros urbanos aos impactos das mudanças do clima chamado Índice de Adaptação Urbana (UAI, na sigla em inglês).

O UAI avalia a existência de políticas públicas, instrumentos e diretrizes municipais que podem impulsionar a adaptação climática no nível local. Uma primeira aplicação do índice foi feita para os 645 municípios do Estado de São Paulo, buscando avaliar a presença ou ausência de estruturas legais e regulatórias de apoio às intervenções urbanas necessárias à adaptação climática.

Para análise dos dados foram traçadas cinco dimensões: habitação, mobilidade urbana, respostas aos impactos climáticos, gestão ambiental e agricultura sustentável. A partir dessas dimensões foram calculados 26 indicadores, como a existência ou não de um plano municipal de habitação e de transportes, ou a presença de ciclovias. A agricultura também foi considerada, levando em conta se a prefeitura desenvolve programas ou ações de prevenção contra problemas climáticos para o setor.

Regiões metropolitanas

Em linhas gerais, os melhores resultados foram obtidos nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do estado. Segundo Di Giulio, isso tem a ver com o fato de que essas regiões possuem estatuto da metrópole que prevê incentivos e instrumentos e contam com fundos públicos. Os melhores resultados também foram aferidos em municípios com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Contudo, cabe destacar que o Estado de São Paulo, assim como o Brasil, tem municípios que abrigam realidades muito distintas. No caso do estado paulista, embora a maioria (66%) dos municípios tenha sido enquadrada nas faixas inferiores do UAI, estes abrigam apenas 12% da população, visto que a maior parte está concentrada nas grandes cidades.

Dez municípios tiveram as melhores pontuações do UAI, entre eles, Campinas, Botucatu, Bauru e Piracicaba. Nas cinco dimensões avaliadas, a pior no estado como um todo é a de resposta aos impactos climáticos.

“A adaptação é supertransversal, não está concentrada só na secretaria de meio ambiente ou de planejamento urbano, mas estamos falando de ajustes que precisam ser feitos desde políticas públicas focadas nas respostas aos impactos climáticos até a perspectiva de agricultura sustentável, mobilidade urbana, segurança hídrica, saneamento”, explicou Di Giulio.

Para além deste índice, a equipe interdisciplinar, que neste ano inicia a segunda fase do projeto – conhecida como CiAdapta 2 –, realizou ainda um amplo estudo em seis grandes centros urbanos (São Paulo, Porto Alegre, Manaus, Natal, Curitiba e Vitória), buscando identificar as barreiras que persistem para que as cidades brasileiras avancem na questão climática.

Entre os obstáculos relevantes observados estavam as próprias rotinas administrativas, que dificultam o compartilhamento e sistematização de informações entre secretarias e departamentos, o que é muito importante em processos adaptativos. “É muito comum, por exemplo, que uma secretaria proponha uma política pública sem conversar com as outras secretarias e muitas vezes a consequência daquela ação pode trazer benefícios, mas também impactos negativos para outras dimensões que vão ter que ser resolvidas por outras secretarias”, disse a coordenadora do trabalho.



Foto: Chris Gallagher/Unsplash

Inundações na Alemanha no último verão: efeito das mudanças climáticas

Problemas com o “andar de cima”

Adaptação, ensina Di Giulio, é promover ajustes em diferentes setores na tentativa de antecipar impactos adversos das mudanças climáticas e, assim, reduzir vulnerabilidades, minimizar danos, inovar. “Os municípios brasileiros quase sempre estão enxugando gelo”, diz ela. Mas, ao contrário do que se pensa, recursos financeiros, tecnológicos e humanos não são o principal problema, pelo menos não nestes grandes centros estudados pelo projeto. “O pessoal técnico é bem preparado. Nas nossas interações e oficinas que realizamos com os atores institucionais municipais, eles discutiam aspectos climáticos e urbanos com muita propriedade, tinham muita vontade de fazer e, muitas vezes, há possibilidade de recursos”.

Segundo a pesquisadora, o problema é no “andar de cima”, ou seja, vontade política e comprometimento de fazer a agenda avançar. Além do desajuste entre o tempo das ações de infraestrutura necessárias, os impactos das políticas públicas propostas e o mandato político dos que governam, também há determinados grupos de interesse privado que dificultam colocar uma ação em prática, mesmo que esteja no plano diretor.

“Um exemplo claro é o mercado imobiliário”, explica Di Giulio. Para a professora, o setor funciona, na maior parte das vezes, como um dificultador de políticas que poderiam garantir maior acessibilidade de habitação a grupos e populações de menor renda. Em todas as cidades, o mercado imobiliário – grandes incorporadoras, empreendedores – dificulta a concretização de diretrizes do plano diretor que poderiam beneficiar a adaptação da cidade em função de seus interesses.

Outro exemplo é a área de mobilidade urbana, onde os interesses das empresas privadas que têm a concessão dos serviços de transporte público, conflitam com a necessidade de investimentos para renovar a frota para a utilização de energia renovável.

“São exemplos que ilustram essa perspectiva de que as dinâmicas de planejamento urbano, conflitos e disputas envolvendo alguns grupos, que priorizam interesses privados em detrimento do interesse público coletivo, afetam bastante o processo de adaptação das cidades brasileiras”, diz Di Giulio. Aliado a isso há também a falta de fiscalização. “Temos leis e arcabouços regulatórios robustos, mas que não funcionam adequadamente na prática porque não tem fiscalização”.

UM GUIA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Relatório é alerta e oportunidade, afirma vice-presidente da SBPC

O trabalho do IPCC tem por objetivo fornecer aos formuladores de políticas públicas e decisões empresariais as avaliações científicas sobre as mudanças climáticas, suas implicações e potenciais riscos futuros, bem como apresentar opções de adaptação e mitigação. Será o documento oficial para orientar os debates durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-26), que acontecerá em novembro em Glasgow, na Escócia.

Paulo Artaxo explica que o IPCC não é prescritivo, não determina aos governos o quanto eles têm que reduzir em emissões, nem dá prazos. “O que o IPCC fala é algo diferente, que se nós não reduzirmos as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) já, rápida e fortemente, o planeta vai aquecer “x” graus até o final deste século”. O que os governos têm que fazer é a sociedade que decide, concluiu o cientista.

Para a bióloga e ecóloga Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB), os países hoje têm dois caminhos a seguir concomitantemente para enfrentar os efeitos do aquecimento global: contribuir para mitigar os efeitos das emissões e se preparar para os impactos inevitáveis. “Não adianta um país conter as emissões e outro continuar emitindo. A atmosfera é um bem comum global, a gente compartilha essa capa de gases que recobre a terra, então tem que ser um esforço global coordenado”, destaca a professora da UnB.

Segundo a pesquisadora, as estratégias e esforços de adaptação têm que ser conduzidos pelos países, local e regionalmente. “É preciso começar a investir nas estratégias para garantir os recursos hídricos e recuperar áreas degradadas”, afirma. Isso porque esses impactos, sobretudo na parte dos ecossistemas naturais, serão ainda mais críticos: “Muitos desses sistemas já estão sob outros processos de degradação, seja por desmatamento, por invasão biológica, por uso inadequado, ou por pastoreio”, avalia Bustamante.



Sociedades Afiliadas à SBPC têm até o dia 31 de outubro para indicar cientistas para o 3º Prêmio “Carolina Bori Ciência & Mulher”

Premiação é um estímulo à produção científica de mulheres e busca colaborar para o aumento da participação feminina nas futuras gerações de cientistas

As Sociedades Científicas Afiliadas à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) têm até o dia 31 de outubro para fazer indicações de cientistas brasileiras destacadas de instituições nacionais para a 3ª edição do Prêmio “Carolina Bori Ciência & Mulher”.

Nesta edição serão homenageadas as “Mulheres Cientistas”, categoria dedicada às pesquisadoras de instituições nacionais que tenham prestado relevantes contribuições à ciência e à gestão científica, além de terem realizado ações em prol da ciência e da tecnologia nacional. Ao todo serão três vencedoras em cada uma das três grandes áreas do conhecimento: Humanidades; Biológicas e Saúde; e Engenharias, Exatas e Ciências da Terra.

As inscrições deverão ser devidamente justificadas, com informações como minibiografia atualizada da candidata (até 500 caracteres, com espaço); currículo atualizado na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br>); e carta de recomendação fundamentada em evidências que justifiquem o prêmio (até 2.000 caracteres, com espaço).

A seleção da vencedora de cada área será feita por uma comissão julgadora designada pelo Conselho da SBPC, composta por membros da entidade, de sociedades afiliadas, entidades científicas parceiras e organizações que apoiam a Ciência no País.

As indicações, com a devida documentação, deverão ser enviadas à SBPC, por meio eletrônico, ao e-mail premiocarolinabori@sbpcnet.org.br. O anúncio das premiadas será feito no dia 20 de janeiro de 2022.

Homenagem às cientistas brasileiras

Criado em 2019, o Prêmio “Carolina Bori Ciência & Mulher” é uma homenagem da SBPC às cientistas brasileiras destacadas e às futuras cientistas brasileiras de notório talento, que leva o nome de sua primeira presidente mulher, Carolina

Martuscelli Bori. A SBPC – que já teve três mulheres presidentes e hoje a maioria da diretoria é feminina – criou essa premiação por acreditar que homenagear as cientistas brasileiras e incentivar as meninas a se interessarem por este universo é uma ação marcante de sua trajetória histórica, em que tantas mulheres foram protagonistas do trabalho e de anos de lutas e sucesso na maior sociedade científica do País e da América do Sul.

A cerimônia de premiação ocorre anualmente, alternando duas categorias – “Mulheres Cientistas” e “Meninas na Ciência” – durante o Simpósio Mulheres e Meninas na Ciência, a ser realizado em 11 de fevereiro, em celebração ao Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, instituído pela Unesco.

Na primeira edição, 25 Sociedades Científicas afiliadas à SBPC indicaram 29 cientistas brasileiras. A escolhida para receber o prêmio na categoria “Mulheres Cientistas” foi Helena Bonciani Nader, professora-titular da Universidade Federal de São Paulo (EPM-Unifesp). Alice Rangel de Paiva Abreu, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebeu a “Menção Honrosa”.

A segunda edição, em 2020, foi dedicada às “Meninas na Ciência”, cujas pesquisas de iniciação científica demonstraram criatividade, boa aplicação do método científico e potencial de contribuição com a ciência no futuro. A SBPC recebeu indicação de 286 candidatas, oriundas de 18 estados e 70 municípios de todas as regiões do País. Juliana Davoglio Estradioti, formada no curso técnico em Administração do Instituto Federal do Rio Grande (IFRS), foi a vencedora no nível de Ensino Médio. Ela desenvolveu uma membrana biodegradável a partir da casca de noz macadâmia, aproveitamento de resíduos para biossíntese de celulose bacteriana.



Já na Graduação, a escolhida foi Raquel Soares Bandeira, graduanda de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo trabalho sobre “Eficácia terapêutica de uma nafatoquinona contra a leishmaniose”.

O prêmio ainda concedeu duas menções honrosas para cada nível. Ana Carolina Botelho Lucena, aluna do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelo trabalho sobre “A morte como testemunho da vida: família e escravidão nos testamentos do Centro de Memória da Amazônia”, e Nallanda Victoria dos Santos Martins, estudante do Colégio Estadual Doutor Antonio Garcia Filho, Umbaúba (SE), pelo trabalho sobre “Casa de farinha: da mandioca ao bioplástico”, receberam pelo nível Ensino Médio. Em Graduação, as menções honrosas foram para Julia Bondar, estudante de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo trabalho sobre depressão em adolescentes, e Nayara Stefanie Mandarino Silva, graduada em Letras Português e Inglês pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pelo trabalho sobre “Marquês de Pombal e a Instrução Pública”.

A cerimônia de outorga do prêmio às cientistas contempladas nesta terceira edição será realizada no dia 11 de fevereiro de 2022, durante evento realizado pela SBPC. A princípio, o evento será virtual, se ainda forem necessárias as medidas de distanciamento social para conter a pandemia de coronavírus. Se as condições de segurança sanitária forem restabelecidas, a premiação será presencial, no Salão Nobre do Centro Universitário Maria Antonia da USP, em São Paulo. Independentemente de ser virtual ou presencial, o evento terá transmissão ao vivo pelo canal da SBPC no YouTube (@SBPCnet).

Confira o Edital do Prêmio Carolina Bori “Ciência & Mulher” 2021/2022 – Categoria “Mulheres Cientistas” no endereço:

<http://portal.sbpnet.org.br/premio-carolina-bori-cienciamulher/>

Jornal da Ciência

ANO XXXVI | Nº 795 | SETEMBRO/OUTUBRO 2021

Conselho Editorial:

Claudia Masini d’Ávila-Levy, Lisbeth Kaiserlian Cordani, Luisa Massarani, Graça Caldas e Marilene Correa da Silva Freitas

Edição: Daniela Klebis

Editores-assistentes: Janes Rocha

Redação e reportagem:

Janes Rocha e Vivian Costa

Revisão: Carlos Henrique Santos e Vivian Costa

Arte e Diagramação: Fernanda C. M. Pestana

Distribuição e divulgação: Carlos Henrique Santos

Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Redação:

Rua Maria Antônia, 294 - 4º andar, CEP 01222-010 São Paulo, SP. Fone: (11) 3259-2766

E-mail: ciencia@jornaldaciencia.org.br

Apoio: Finep e CNPq

ISSN 1414-655X

Distribuição: Excepcionalmente, em função da pandemia de coronavírus, o jornal está disponível apenas em sua versão eletrônica, com acesso pelo site:

www.jornaldaciencia.org.br

FIQUE SÓCIO

Conheça os benefícios em se tornar sócio da SBPC no site www.sbpnet.org.br ou entre em contato pelo email: socios@sbpcnet.org.br

VALORES DAS ANUIDADES

R\$ 50 Estudantes do Ensino Básico, de Graduação, Professores de Ensino Básico, e Estudantes associados quites de Sociedades Afiliadas à SBPC.

R\$ 70 Estudantes de Pós-Graduação.

R\$ 100 Profissional associado quite de Sociedades Afiliadas à SBPC.

R\$ 150 Professores de Ensino Superior, Pesquisadores e Outros Profissionais.



R. Maria Antonia, 294 - 4º andar
CEP: 01222-010 - São Paulo/SP
Tel.: (11) 3259-2766
sbpcnet.org.br